

LEI MUNICIPAL Nº 1.385/2007.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Ribeirão Vermelho - MG, usando de suas atribuições legais, por seus Vereadores aprova e EU, ANA ROSA MENDONÇA LASMAR, Prefeita Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - São estabelecidas, nesta Lei as diretrizes orçamentárias do Município de Ribeirão Vermelho para o exercício de 2008, compreendendo:

- I. as prioridades e metas da administração municipal;
- II. a estrutura e organização dos orçamentos;
- III. as diretrizes gerais para a elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
- IV. as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V. as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI. as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII. as disposições gerais;
- VIII. os Anexos

Art. 2º - As ações prioritárias, e as respectivas metas, da Administração pública Municipal para o exercício financeiro de 2008 são as especificadas no Plano Plurianual relativo ao período de 2006 a 2009, constantes do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único - As denominações e unidades de medidas de metas do projeto de lei orçamentária anual nortear-se-ão pelas utilizadas na Lei do Plano Plurianual, referida no caput deste artigo.

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I. programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II. atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III. projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV. operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, com identificação de suas metas fiscais.

§ 4º. Os valores das receitas e despesas contidos na Lei Orçamentária Anual e nos quadros que a integram serão expressos em preços correntes.

Art. 4º - O orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária detalhada por categoria de programação em seu menor nível, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando, para cada categoria, a unidade orçamentária, a modalidade de aplicação e o elemento de despesa:

- I. pessoal e encargos sociais;
- II. juros e encargos da dívida;
- III. outras despesas correntes;
- IV. investimentos;
- V. inversões financeiras; e
- VI. amortização da dívida.

Art. 5º - O orçamento fiscal compreenderá a programação dos poderes do Município, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no Sistema de Contabilidade Geral.

Art. 6º - O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído dos documentos referenciados nos artigos 2º e 22, da Lei Federal 4.320/64 e dos seguintes demonstrativos:

- I. consolidação dos quadros orçamentários, na forma do Anexo I, da Lei Federal nº 4.320/64;

II. da programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do artigo 212 da Constituição Federal, observando-se as instruções do Tribunal de Contas do Estado;

III. da programação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

IV. da programação da aplicação em saúde, objetivando atender as disposições da Emenda Constitucional nº. 29/ 2000.

V. da programação de gastos com pessoal.

Parágrafo único. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I. avaliação das necessidades de financiamento do setor público municipal, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e nominal;

II. justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa.

Art. 7º - A proposta orçamentária deverá conter Reserva de Contingência vinculada ao respectivo orçamento fiscal, em montante equivalente a no máximo 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevisionáveis, e para a abertura de créditos adicionais.

Art. 8º - A elaboração do projeto da lei orçamentária de 2008, a aprovação e a execução da respectiva lei deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 9º - Para efeito do disposto no art. 6º, o Poder Legislativo encaminhará ao órgão da Contabilidade, até 31 de agosto de 2007, sua proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária anual.

Parágrafo único - Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo terá como parâmetro de suas despesas:

I. com pessoal e encargos sociais, o gasto efetivo com a folha de pagamento do primeiro semestre de 2007, apurando a média mensal e projetando-a para todo o exercício, obedecidos os artigos 24 e 25 desta Lei;

II. com os demais grupos de despesa, o montante efetivamente executado junto às dotações orçamentárias, observando-se com relação à média e projeção as disposições do Inciso anterior e ainda ao limite previsto na Emenda Constitucional nº. 25/2000.

Art. 10 - Os projetos de lei relativos a crédito adicionais serão apresentados na mesma forma e com o mesmo detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposições de motivos circunstanciados que os justifiquem.

§ 2º - Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional.

§ 3º - No texto da lei orçamentária anual conterá autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares, da seguinte forma:

I. no quantum de 50% (cinquenta por cento) do valor estimado para as despesas, com utilização de recursos de anulação parcial ou total de dotações.

II. no quantum de 100% (cem por cento) do valor do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

III. no quantum de 100% (cem por cento) do valor do excesso de arrecadação verificado no exercício.

§ 4º No limite estabelecido no § 3º, inciso I, poderá o Executivo Municipal transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal.

Art. 11 - No prazo máximo de trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo Municipal estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, que deverá atender os seguintes objetivos:

a) assegurar às unidades orçamentárias, em tempo hábil, a soma de recursos necessários e suficientes à melhor execução do seu programa anual de trabalho;

b) manter, durante o exercício, na medida do possível, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria.

§ 1º. No estabelecimento de programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso de que trata o caput deste artigo o Poder Executivo utilizará como parâmetros as receitas efetivamente realizadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores.

§ 2º. A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso poderão ser alterados durante o exercício observados o limite da dotação e o comportamento da execução orçamentária.

Art. 12 - O Poder Executivo, quando da execução orçamentária, através do cronograma de desembolso financeiro tomará as providências necessárias à obtenção de resultado primário positivo.

Art. 13 - Quando ao final de um bimestre for verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, previstas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes Executivo e Legislativo promoverão por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira observando-se os seguintes critérios:

I. quando a despesa com pessoal mostrar-se superior aos limites legais, deverá o Poder proceder à recondução das referidas despesas a tais limites;

II. diante das medidas anteriores, se mesmo assim permanecer o resultado primário ou nominal negativo a redução deverá se dar junto às despesas de custeio, observando-se o montante necessário ao atingimento dos resultados pretendidos.

Parágrafo único - A base contingenciável corresponde ao total das dotações aprovadas na Lei Orçamentária de 2008, sendo excluídas da limitação, conforme art. 9º, § 2º, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, as despesas com:

- I. vinculações constitucionais e legais;
- II. precatórios e sentenças judiciais;
- III. pessoal e encargos sociais, quando nos limites legais;
- IV. juros e encargos da dívida;
- V. amortização da dívida;

Art. 14 - Se a dívida consolidada do Município, ao final de um quadrimestre, ultrapassar aos limites fixados deverá ela ser reconduzida ao referido limite no prazo máximo de um ano, reduzindo-se o excesso em pelo menos 25% no primeiro quadrimestre.

Parágrafo único - Enquanto perdurar o excesso, o Município:

I. estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação da receita; e

II. obterá o resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, a limitação de empenho na forma do artigo anterior.

Art. 15 - Ao Controle Interno do Município será atribuída a competência para periodicamente proceder à verificação do controle de custos dos programas financeiros com recursos do orçamento, assim como para proceder à avaliação dos resultados dos programas previstos.

Art. 16 - As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 17 - Na programação da despesa não poderão ser:

I. fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras, de forma a evitar a quebra do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa;

II. incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão; e

III. transferidos a outras unidades orçamentárias os recursos recebidos por transferências voluntárias;

Art. 18 - Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do artigo 2º desta Lei, a Lei orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:

I. tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

II. os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas exigidas quando da alocação de recursos federais ou estaduais ao Município.

Art. 19 - A Lei Orçamentária Anual deverá conter previsão orçamentária que assegure a conservação e manutenção do patrimônio público municipal.

Art. 20 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação, que preencham as seguintes condições:

I. sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita;

II. não tenham débito de prestações de contas de recursos anteriores;

III. tenham sido declaradas por lei como entidades de utilidade pública;

IV. estejam adimplentes com a seguridade social.

§ 1º. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos

dois anos, emitida no exercício de 2008 pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º. Poderá ser destinados recursos para as entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público, de acordo com a Lei 9.790, de 23 de março de 1999, desde que a mesma atenda aos incisos II e IV deste artigo.

§ 3º. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberem os recursos.

§ 4º. As transferências efetuadas na forma deste artigo deverão ser precedidas de autorização legislativa específica e de celebração do respectivo convênio.

Art. 21 - A destinação de recursos a título de Contribuições, a qualquer entidade, para despesas correntes e de capital, além de atender ao que determina o artigo 12, §§ 2º e 6º, da Lei nº 4.320 de 1964, somente poderá ser efetivada mediante previsão na lei orçamentária, autorização legislativa específica e a identificação do beneficiário no convênio.

Art. 22 - As transferências de recursos, consignada na lei orçamentária anual do Município, para a União, o Estado ou outro Município, a qualquer título, inclusive Auxílios Financeiros e Contribuições, serão realizadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

Art. 23 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 24 - No exercício financeiro de 2008, as despesas com pessoal ativo e inativo dos dois Poderes do Município, observarão os limites mencionados nos artigos 19 e 20, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 25 - No exercício financeiro de 2008, observado o artigo anterior, somente será admitido servidor se houver dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

Parágrafo único - Obedecido o caput deste artigo, poderão ser concedidos revisão ou aumentos de remuneração, concessão de vantagens, criação de cargos, alterações de estruturas de carreiras, conforme lei específica, bem como admissões e contratações de pessoal, nos termos de legislação pertinente.

Art. 26 - Não será aprovado projeto de lei que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária sem a prévia

estimativa do impacto orçamentário-financeiro decorrente da renúncia de receita correspondente.

§ 1º. Caso o dispositivo legal sancionado tenha impacto financeiro no mesmo exercício, o Poder Executivo adotará as medidas necessárias à contenção das despesas em valores equivalentes.

§ 2º. A lei mencionada, neste artigo, somente entrará em vigor após a assunção das medidas de que trata o parágrafo anterior.

Art. 27 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual poderão ser considerados, os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Parágrafo único - Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária anual:

I. serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II. será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

Art. 28 - São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e eficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 29 - Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Art. 30 - Para fins de acompanhamento, controle e centralização, o órgão da administração pública municipal direta submeterá os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações baixadas.

Art. 31 - Não será aprovado projeto de lei que implique o aumento das despesas orçamentárias, sem que estejam acompanhados da estimativa desse aumento e da indicação das fontes de recursos.

Art. 32 - Se o Poder Legislativo não enviar para sanção o Projeto da Lei Orçamentária, até 31 de dezembro de 2007, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante para o atendimento das seguintes despesas:

- I. Pessoal e encargos sociais;
- II. Pagamento do serviço da dívida;
- III. De caráter continuado nas áreas de Educação, Saúde e Urbanismo.

Art. 33 - Fazem Parte da presente lei os seguintes anexos:

I. Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, conforme art. 4º, § 3º, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000;

II. Anexo de Meta Fiscal – Resultado Nominal;

III. Tabela para Fixação de Valores Constantes;

IV. Anexo de Metas Fiscais, conforme art. 4º, § 1º, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000;

V. Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior, conforme art. 4º, § 2º, inciso I, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000;

VI. Anexas Metas Fiscais atuais, comparadas com a dos três último exercícios, conforme art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000;

VII. Anexo da Evolução do Patrimônio Líquido, conforme art. 4º, § 2º inciso III, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000;

VIII. Anexo da Origem dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos, conforme art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000;

IX. Anexo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, conforme art. 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000;

X. Anexo da Memória de Cálculo para Projeção da Receita para o período de 2008 a 2010;

XI. Anexo das Variações Previstas no Quadro de Pessoal, conforme art. 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000;

XII. Anexo da Margem de Expansão das despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, conforme art. 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000;

XII. Anexo de Projeção da Despesa para o Período de 2007 a 2010.

Art. 34 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho, 09 de julho de 2007.

Ana Rosa Mendonça Lasmar Moreira
Prefeita Municipal

Alerson Claret de Jesus
Sec. Mun. Administração e Fazenda

Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo I
Prioridades e Metas - Exercício de 2008 (Constituição Federal, Art 165, § 2º)

Programa – Ação - Produto	Un.Medida	Meta
Câmara Municipal		
Programa: Ação Legislativa		
Construção/ Ampliação Prédio do Legislativo		
Prédio Legislativo Construído	Unidade	01
Aquisição móveis/ equipamentos para o Legislativo		
Legislativo equipado	Unidade	01
Manutenção atividades do Corpo Legislativo		
Legislativo bem estruturado		
Programa: Administração Geral		
Manutenção dos serviços administrativos da Câmara Municipal		
Serviços administrativos qualificados	Unidade	01
Gabinete do Prefeito		
Programa: Administração Geral		
Aquisição de móveis/equipamentos, veículos p Gabinete Prefeito		
Gabinete equipado	Unidade	01
Manutenção do Gabinete do Prefeito		
Gabinete mantido.	Unidade	01
Despesas com recepção/ hospedagem para autoridades		
Serviço mantido	Unidade	01
Contribuições a Associações Microrregionais		
Convênio mantido	Unidade	01
Contribuições Consórcio Intermunicipal Matadouro Púb CIABAP		
Consórcio mantido	Unidade	01
Contribuição Consórcio Intermunicipal Limpeza Pública - CILIMP		
Consórcio mantido	Unidade	01
Apoio ao ensino técnico superior		
Ensino técnico apoiado	Unidade	01
Programa: Divulgação Oficial		
Despesas diversas com publicidades		
Publicações/ divulgação realizadas	Unidade	80
Programa: Ensino Superior		
Qualificação profissional		
Servidores apoiados	Unidade	10
Programa: Policiamento Civil		
Manutenção convênio com polícia civil		
Convênio mantido	Unidade	01

Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo I
Prioridades e Metas - Exercício de 2008 – (Constituição Federal, Art 165, § 2º)

Programa – Ação - Produto	Un Medida	Meta
Programa: Policiamento Militar		
Manutenção de convênio polícia militar Convênio mantido	Unidade	01
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Departamento de Administração Programa: Administração Geral Aquisição de móveis/ equipamentos p/ Depto Administração	Unidade	01
Departamento equipado		
Manutenção do Departamento de Administração Departamento mantido	Unidade	01
Programa: Auxílio Refeição ou Alimentação Concessão de cestas básicas Cestas básicas concedidas	Unidade	1800
Programa: Vale Transporte Concessão de vale transporte Vale transporte concedido	Servidor	150
Departamento de Tesouraria Programa: Administração de Receitas Manutenção do Departamento de Tesouraria Departamento mantido	Unidade	01
Manutenção dos serviços de arrecadação Serviço de arrecadação mantido	Unidade	01
Departamento de Contabilidade Programa: Controle Interno Manutenção do Departamento de Contabilidade Departamento mantido	Unidade	01
Secretaria Municipal de Educação Departamento de Educação Programa: Alimentação Escolar Manutenção da merenda escolar Merenda escolar mantida	refeições	120.000
Programa: Administração Geral Aquisição de móveis e equipamentos p Departamento Educação Departamento equipado	Unidade	01

Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo I
Prioridades e Metas - Exercício de 2008 - Constituição Federal, Art 165, § 2º

Programa – Ação - Produto	Un Medida	Meta
Manutenção do Departamento de Educação		
Departamento mantido	Unidade	01
Programa: Ensino Fundamental		
Aquisição de móveis, equipamentos e veículos p Ens. Fundamental		
Ensino Fundamental equipado	Unidade	01
Manutenção do ensino fundamental		
Ensino fundamental mantido	Unidade	01
Aquisição de móveis e equip. p biblioteca escolar		
Biblioteca escolar equipada	Unidade	03
Manutenção de biblioteca escolar		
Biblioteca escolar mantida	Unidade	03
Programa: Expansão ofertas de vagas para Ensino Fundamental		
Construção/ ampliação de escolas municipais		
Escolas municipais construídas e ampliadas	Unidade	02
Reforma de escolas municipais		
Escolas municipais reformadas	Unidade	03
Programa: Transporte Escolar para o Ensino Fundamental		
Manutenção do Transporte Escolar		
Transporte escolar mantido	Alunos	500
Programa: Ensino Médio		
Manutenção convênio CEPROSUL		
Convênio mantido	Unidade	01
Programa: Educação Infantil		
Aquisição de móveis/ equipamentos para Pré-Escolar e Creches		
Pré-Escolar e Creche equipados	Unidade	01
Manutenção do ensino pré-escolar/ creche		
Ensino pré-escolar/ creche mantido	Unidade	01
Reforma prédio pré-escolar/ creche		
Prédio pré-escolar/ creche mantido	Unidade	01
Construção/ ampliação de prédio pré-escolar/ creche		
Prédio pré-escolar/ creche construído e ampliado	Unidade	01
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura		
Departamento de Limpeza/ Obras Públicas		
Programa: Administração Geral		
Construção/ ampliação de prédios públicos		

Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo I
Prioridades e Metas - Exercício de 2008 – (Constituição Federal, Art 165, § 2º)

Programa – Ação - Produto	Un Medida	Meta
Prédios públicos ampliado e construídos	Unidade	02
Manutenção Departamento Limpeza/ Obras Públicas		
Departamento mantido	Unidade	01
Programa: Manutenção, Conservação de Bens Imóveis		
Reforma de prédios públicos municipais		
Prédios públicos reformados	Unidade	02
Programa: Manutenção dos Serviços de Transportes		
Manutenção veículos do Departamento de Obras		
Departamento mantido	Unidade	01
Programa: Cultura		
Manutenção, Preservação de Bens Históricos		
Patrimônio Histórico mantidos e preservados	unidade	02
Programa: Vias e Logradouros Urbanos		
Calçamento/ Pavimentação/ Desapropriação/ Abertura de Ruas		
Vias urbanas abertas pavimentadas e abertas	M2	30.000
Construção de muro de arrimo/ passeios e meio-fio		
Obras de arte construída	Unidade	01
Aquisição de equipamentos para vias urbanas		
Vias urbanas equipadas	Unidade	01
Manutenção de vias urbanas		
Vias urbanas mantidas	Unidade	01
Programa: Serviços funerários		
Ampliação do cemitério/ velório Municipal		
Cemitério/ velório Municipal ampliado	Unidade	01
Manutenção do cemitério/ velório Municipal		
Cemitério/ velório Municipal mantido	Unidade	01
Programa: Iluminação Pública		
Expansão, melhoria da Rede de Iluminação Pública		
Rede de Iluminação ampliada e melhorada	Unidade	01
Manutenção da Iluminação Pública		
Iluminação Pública mantida	Unidade	01
Programa: Praças, Parques e Jardins		
Desaprop, construção, arborização de praças, parques e jardins		
Praças, parques e jardins construídos e arborizados	Unidade	02

Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo I
Prioridades e Metas - Exercício de 2008 – (Constituição Federal, Art 165, § 2º)

Programa - Ação - Produto	Un Medida	Meta
Programa: Habitação Urbana		
Desaprop. terreno, incentivo mutirão, const casas populares		
Casas populares construídas	Unidade	20
Reforma de casas populares		
Casas populares reformadas	Unidade	20
Programa: Saneamento Básico Urbano		
Construção, ampliação, rede esgoto sanitário, pluviais, bueiros		
Redes construídas e ampliadas	ML	500
Manutenção dos serviços de esgoto		
Serviços de esgoto mantido	Unidade	01
Manutenção de aterro controlado		
Aterro controlado mantido	Unidade	01
Programa: Promoção Industrial		
Obras de infra-estrutura instalação do Distrito Industrial		
Distrito Industrial estruturado e instalado	Unidade	01
Programa: Serviços de Telecomunicações		
Aquisição de móveis e equipamentos para o serviço de retransmissão de sinais de TV		
Serviço de transmissão de sinais de TV equipado	Unidade	01
Manutenção dos serviços de retransmissão de sinais de TV		
Serviços de retransmissão de sinais de TV mantido	Unidade	01
Programa: Desporto de Rendimento		
Auxílio para Clubes desportivos		
Club desportivos auxiliados	Unidade	03
Programa: lazer		
Construção/ ampliação de Centro Desportivo/ Centro de Evento		
Centro desportivo construído e ampliado	Unidade	01
Departamento de Transporte		
Programa: transportes Rodoviários Urbanos		
Manutenção, conservação do trânsito urbano		
Trânsito urbano conservado e mantido	Unidade	01
Reforma e manutenção ponte/passarela rodoferroviária		
Ponte/ passarela rodoferroviária reformada e mantida	Unidade	01
Programa: Estradas Vicinais		

Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo I
Prioridades e Metas - Exercício de 2008 – (Constituição Federal, Art 165, § 2º)

Programa - Ação - Produto	UnMedida	Meta
Manutenção e reforma de estradas vicinais		
Estradas vicinais mantidas e reformadas	KM	600
Secretaria Municipal de Agricultura e Ecologia		
Programa: Administração Geral		
Aquisição de móveis e equipamentos para Secretaria Municipal de Agricultura e Ecologia		
Secretaria equipada	Unidade	01
Manutenção da Sec Municipal de Agricultura e Ecologia		
Secretaria mantida	Unidade	01
Programa: Extensão e Cooperativismo Rural		
Execução de planos de apoio ao agricultor		
Agricultor apoiado	Unidade	30
Manutenção de convênio com EMATER		
Convênio mantido	Unidade	01
Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo		
Programa: Administração Geral		
Aquisição de móveis e equipamentos para Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo		
Secretaria equipada	Unidade	01
Manutenção da Sec Esporte, Lazer, Cultura e Turismo		
Secretaria mantida		
Programa de Incentivo as Artes		
Concessão de subvenções a entidades culturais		
Entidades culturais subvencionadas	Unidade	02
Promoção das atividades culturais e artísticas		
Atividades culturais e artísticas promovidas	Unidade	01
Programa: Promoção ao Turismo		
Promoção ao Turismo		
Turismo promovido	Unidade	01
Programa: Desporto Comunitário		
Aquisição de móveis e equipamentos p ginásio poliesportivo		
Ginásio poliesportivo equipado	Unidade	01
Manutenção e reforma de ginásio poliesportivo		
Ginásio poliesportivo mantido e reformado	Unidade	01
Promoção das atividades desportivas		

Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo I
Prioridades e Metas - Exercício de 2008 (Constituição Federal, Art 165, § 2º)

Programa - Ação - Produto	Unidade	Meta
Atividades desportivas promovidas	Unidade	01
Manutenção de convênios com clubes desportivos		
Convênios mantidos	Unidade	03
Secretaria Municipal de Saúde		
Departamento de Saúde		
Programa: Administração Geral		
Aquisição de móveis e equipamentos para Secretaria de Saúde		
Secretaria equipada	Unidade	01
Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde		
Secretaria de Saúde mantida	Unidade	01
Programa: manutenção dos Serviços de Transportes		
Manutenção dos veículos da Secretaria		
Veículos mantidos	Unidade	05
Programa: Assistência Domiciliar à Saúde		
Aquisição de móveis, equip e veículos p Programa Saúde Família		
Programa de Saúde da Família equipado	Unidade	01
Manutenção do Núcleo do Programa Saúde da Família – PSF		
Núcleo do Programa Saúde da Família mantido	Unidade	01
Construção de um PSF	Unidade	01
Aquisição de móveis, equip e veículos p Prog Saúde em Casa		
Programa saúde em casa equipado	Unidade	01
Manutenção do Programa Saúde em Casa		
Programa Saúde em Casa mantido	Unidade	01
Programa: Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Aquisição móveis, equipamentos e veículos p Hospital Municipal		
Hospital equipado	Unidade	01
Ampliação do Hospital Municipal		
Hospital Municipal ampliado	Unidade	01
Manutenção do Hospital Municipal – Aquisição de Medicamentos		
Hospital Municipal mantido, medicamento adquirido	Unidade	01
Manutenção do Hospital Municipal – Aquis Gêneros Alimentícios		
Hospital Municipal mantido, gêneros alimentícios adquiridos	Unidade	01
Manutenção do Hospital Municipal		
Hospital Municipal mantido	Unidade	01
Contribuição ao Consórcio Intermunicipal de Saúde		
Convênio mantido	Unidade	01

Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo I
Prioridades e Metas - Exercício de 2008 (Constituição Federal, Art 165, § 2º)

Programa – Ação – Produto	Un Medida	Meta
Aquisição de móveis e equip para o Centro de Saúde		
Centro de Saúde equipado	Unidade	01
Manutenção de serviços diversos de assistência de saúde		
Serviços diversos de assistência de saúde mantidos	Unidade	01
Aquisição de medicamentos p serviços diversos assistenciais		
Medicamento adquirido	Unidade	01
Concessão de benefícios na área de saúde		
Benefícios concedidos	Unidade	01
Manutenção do tratamento fora do domicílio - TFD		
Tratamento fora do domicílio mantido	Unidade	01
Materiais médicos, hospitalar, odontológico e laboratorial		
Materiais médicos, hospitalar, odontol. e laborat. adquirido	Unidade	01
Programa: Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços		
Manutenção dos serviços de vigilância sanitária		
Serviços de vigilância sanitária mantido	Unidade	01
Programa: Vigilância Epidemiológica		
Aquisição móveis, equip veículos p/ vigilância epidemiológica		
Vigilância epidemiológica equipada		
Manutenção dos serviços de controle e erradicação doenças		
Serviços de controle e erradicação de doenças mantidos	Unidade	01
Departamento do Bem Estar Social		
Programa: Administração Geral		
Aquisição móveis e equip p/ Depart do Bem Estar Social		
Departamento equipado	Unidade	01
Manutenção do Departamento do Bem estar Social		
Departamento mantido	Unidade	01
Programa: Amparo Assistencial ao Idoso		
Concessão de subvenção para vila Ozanam		
Subvenção concedida	Unidade	01
Programa: Assistência a Criança e Adolescente		
Manutenção do Fundo Municipal da Criança e Adolescente		
Fundo Municipal da Criança e Adolescente mantido	Unidade	01
Programa: Assistência à Comunidade		
Despesas diversas a pessoas a carentes		
Pessoa assistidas	Pessoas	300

Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo I
Prioridades e Metas - Exercício de 2008 (Constituição Federal, Art 165, § 2º)

Programa - Ação - Produto	Un Medida	Meta
Concessão de subvenção para CONSEP Subvenção concedida	Unidade	01
Concessão de subvenção aos Alcoólicos Anônimos – AA Subvenção concedida	Unidade	01